



## ***Assembleia Municipal de Ribeira Brava***

**ATA N.º 15/2020**

**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

**Realizada no dia 26 de junho de dois mil e vinte**

-----Aos vinte e seis dias do mês de junho de dois mil e vinte, reuniu-se a Assembleia Municipal de Ribeira Brava, no Salão Paroquial da Ribeira Brava, sob a presidência de Rita Maria dos Ramos de Abreu, estando presente Maria Natália Gonçalves da Silva, como primeira secretária, e José Carlos de Abreu Gonçalves como segundo secretário.--

-----Estiveram também presentes os seguintes deputados municipais: pelo RB1: Bruno Mino Garcês Mendes Correia, Hélder Manuel Gouveia Gomes, Jordão José Andrade de Abreu, Orlanda de Jesus Silva, Marco António Abreu Junqueira, Telmo Ricardo da Conceição Marques de Freitas, Rúben André Freitas Nunes e Zélia Maria Pereira da Encarnação; pelo PSD: Cristina Maria de Sá Godinho Basílio, Teresa Maria da Côrte Gonçalves Nunes, João David Jardim de Sousa, José Jorge Fernandes de Ornelas, Luísa Maria Sousa Gonçalves Ponte, André Geraldo da Côrte, Carlos dos Ramos Andrade e Cátia Pereira Pita; pelo PS: Fábio Nelson Faria dos Santos; pelo JPP: Marco Nuno da Luz das Almas.-----

-----Como representantes das Juntas de Freguesia estiveram presentes: Cristina Pestana Homem Freitas (Rep. de Marco Nuno Correia Martins - PJFRB), João José Gonçalves (Rep. de João Batista Pereira Silva - PJFC), Francisco Paulo Pestana (PJFSA) e Vítor Francisco Gomes de Abreu (PJT).-----

-----Estiveram ainda presentes o Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Brava, Ricardo António Nascimento, o Vice-Presidente Rafael João Figueira Sousa, a Vereadora Sandra José Abreu Vilanova, os Vereadores Paulo Santos Andrade, Manuel Inácio da Corte, Jorge Manuel Faria dos Santos e Horácio dos Ramos Ferreira.-----

-----A Sra. Presidente da Assembleia informou que na sessão estavam também presentes, por convite, a Sra. Isabel Freitas e a Dra. Elvira Pestana para prestar os esclarecimentos necessários sobre as contas de gerência.-----

-----A sessão iniciou-se com um minuto de silêncio em homenagem ao Sr. Noé Francisco da Silva, colaborador deste Município.-----

VTP  
CAB



## ***Assembleia Municipal de Ribeira Brava***

-----Pelos dez horas e onze minutos, verificada a existência de quórum, a Sra. Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão. -----

-----A Sra. Presidente da Assembleia informou também que os Presidente da JFRB e da JFC, não estando presentes, fizeram-se representar por Cristina Pestana Homem de Freitas, e por João José Gonçalves, respetivamente. Informou ainda que o Deputado João José Gonçalves, não vota na ata da última sessão por não ter estado na última sessão.-----

-----Dando cumprimento ao artigo 18º do Regimento, procedeu-se à discussão da ata da última sessão, que colocada à votação foi aprovada por unanimidade, com 24 votos a favor. -----

-----A Sra. Presidente da Assembleia passou à leitura do voto de pesar do Sr. Noé Francisco da Silva, que colocado à votação foi aprovado por unanimidade.-----

-----A Presidente da Assembleia passou à leitura do voto de louvor ao aluno Pedro António Vale Macedo, pela vitória do concurso literário nacional na vertente crítica, que colocado à votação foi aprovado por unanimidade.-----

-----A Sra. Presidente da Assembleia passou à leitura do voto de louvor ao padre António Estêvão pela sua nomeação para o cargo de vice-reitor do Pontifício Colégio Português, que colocado à votação foi aprovado por unanimidade.-----

-----O PJFT, Vítor Abreu (PSD), questionou sobre a questão do orçamento participativo relativamente ao ginásio ao ar livre da Tabua. Questionou ainda sobre o ponto da situação de várias obras a serem feitas, nomeadamente: abrigos de autocarro, recuperação e limpeza de veredas, limpeza do caminho do Pico Ferreiro que está intransitável e a campanha da Escola da Candelária. -----

-----O Sr Presidente da Câmara tomou a palavra e começou por referir que o Orçamento Participativo tinha três situações em curso: Pavimentação da Estrada da Ameixieira, na Serra de Água, o Skate Park na Ribeira Brava, e o Ginásio ao ar livre na Tabua. Relativamente à questão do Skate Park, o Presidente da Câmara referiu que estão a lançar o procedimento para aquisição de equipamento, mas com a questão do Covid-19, todo o processo está atrasado. Quanto à requalificação de veredas o projeto está registado, mas não foi aceite no âmbito de contrato programa. Quanto à limpeza do Jogo da Bola o Presidente da Câmara referiu que estará a ser feito em breve e o resto está a ser tratado. No que diz respeito à campanha na Escola da Candelária informou que está em vias de



CVS  
[Handwritten signature]

### ***Assembleia Municipal de Ribeira Brava***

colocação. Sobre a limpeza das veredas e caminhos, o Sr. Presidente informou que ainda não foi possível, uma vez que encontram vários funcionários de baixa, estando a decorrer um procedimento concursal para entrada de três assistentes operacionais para os quadros do Município no âmbito da limpeza urbana, ou seja, o tradicional cantoneiro. Explicou ainda que a partir de um de julho, será criadas equipas de duas a três pessoas, no âmbito do Programa Formação em Contexto de Trabalho para desempregados, para realizarem limpezas nas quatro freguesias do concelho. O Município está a adquirir acessórios para a realização desses trabalhos, por exemplo máquina aspiradora que permite limpar as bermas das estradas. O Sr. Presidente também informou que existiu em tempos uma candidatura para aquisição de acessórios de limpeza, no âmbito da AMRAM para vários municípios, mas não foi aprovada. -----

-----O PJFT, Vítor Abreu (PSD) reformulou a questão, referindo que deu um exemplo da Ribeira da Tabua, mas que se referia a todos os caminhos e veredas. Questionou também se não havia possibilidade de fazer na vereda das Voltas com os meios da Câmara ou com uma empresa particular, uma vez que são diariamente abordados sobre o assunto, e é um ponto de turismo. -----

----- O Deputado Hélder Gomes (RB1) interveio salientando a trabalho desenvolvido e solicitando ao Sr. Presidente para quantificar as obras da Ribeira. -----

-----O Sr Presidente da Câmara referiu que as obras que continuam no terreno, são o caminho junto à Igreja do Campanário, a obra no Cemitério da Tabua, sendo estas obras 100% investimento camarário. Informou também que em parceria com ADRAMA, há a recuperação do caminho para o Calhau da Lapa e do Espaço do Artesão no Campanário. Informou ainda que as obras na Rua de São Bento já estão concluídas e a marginal da Ribeira Brava estará concluída para fins de julho, início de agosto. Mais informou que a sinalética na Ribeira Brava será alterada, de forma a criar mais estacionamento e já foi concluído um processo betuminoso para pavimentar e tapar alguns buracos nas estradas do concelho. O Sr. Presidente também referiu que foi colocado uma escada no pontão da Tabua, na Ribeira da Tabua, que recuperaram a escada que ia para o calhau e que irão ser colocadas eco ilhas no concelho.-----

-----A deputada Luísa Ponte (PSD) tomou a palavra, referindo ter gostado das obras feitas na Vila da Ribeira Brava, no entanto apontou que gostaria de ver material mais uniforme

CS  
MTR  
C&M



### ***Assembleia Municipal de Ribeira Brava***

nas esplanadas para reduzir o choque visual. Questionou o ponto da situação do mercado municipal, referente ao primeiro piso, questionou o projeto do canil municipal. Referiu ainda haver munícipes que não conseguem ver televisão e ouvir rádio, questionado se têm conhecimento sobre o assunto, realçando que os mesmos pagam uma taxa para a colocação de sinal e que alguns apenas têm os quatro canais e nem conseguem ver a RTP Madeira. Referiu ainda que no concelho estão a crescer pequenas lixeiras com todo o tipo de lixo, apontando São João como exemplo. -----

-----O Sr. Presidente referiu que foi apresentado um projeto para uniformizar as esplanadas e será lançado o respetivo procedimento concursal. No que diz respeito aos chapéus já está adjudicada a sua aquisição. Sobre o primeiro piso do Mercado Municipal indicou haver uma parceria com a Secretaria da Agricultura para ser criado um espaço de apoio ao agricultor. Sobre o canil municipal, o Sr Presidente é defensor da existência de dois sítios para pontos de recolha oficial, um na zona oeste e outro na zona leste, estando na fase da AMRAM fazer a contratualização do projeto. Indicou que são cerca de quatro a seis mil euros mensais, usados na questão dos animais errantes no concelho. Sobre os canais de TV e acesso ao telemóvel a questão irá ser devidamente analisada. Sobre os inertes ilegais, o Sr Presidente indicou que por vezes a polícia é chamada ao local, mas há lugares que não se conseguem identificar os responsáveis, sendo que a ARM é alertada e faz a devida recolha.-----

-----O Deputado Marco Almas (JPP) questionou quem irá ficar com a tutela da Casa do Artesão no Campanário. Questionou sobre o Caminho do Lugar da Serra, sobre a situação da Escola do Lugar da Serra, se há ou não desenvolvimentos. Abordou também as jaulas de aquacultura na frente mar da Ribeira Brava, questionando se a Câmara autoriza e se acha benéfico, tanto monetariamente como paisagisticamente. Indicou, apesar da falta de pessoal, para prestar atenção à limpeza das veredas.-----

-----O Sr. Presidente referiu que a tutela da Casa do Artesão no Campanário é da Câmara Municipal havendo parcerias com a Secretaria da Agricultura e com a Casa do Povo do Campanário, para haver formações e exposições sobre a parte artesanal. Sobre as jaulas o Presidente informou que a Câmara não as licencia, pede parecer sobre o tema. Acrescentou que, houve um pedido de parecer para a colocação de jaulas em frente à Fajã dos Padres o qual foi negativo. Informou ainda que, até ao momento, não chegou qualquer



ens  
Klara  
Carlin

### ***Assembleia Municipal de Ribeira Brava***

pedido para colocação de jaulas. Adiantou não concordar que se coloquem jaulas em toda a frente mar, desde a Ribeira Brava até ao Campanário. O Sr. Presidente também falou que foram criadas regras para a reserva do Cabo Girão, estando o documento em consulta pública. Relativamente às veredas, o Presidente referiu a utilização de herbicida, que no presente, tal não é possível. Relativamente à Escola do Lugar da Serra, foi vandalizada, o Sr. Presidente informou que vão tomar conta da escola, no entanto, estão ainda em comunicação com a Polícia, uma vez que a vandalização está em investigação, para saber se podem intervir, mudar as fechaduras, meter alarmes e tratar da escola.-----

-----O Deputado Marco Almas (JPP) referiu que na Estrada do Pedregal foi colocado um aviso pouco visível e informativo sobre a utilização de explosivos. O Deputado realça que o aviso convinha ser comunicado pela Câmara, alertando para o local e o tamanho do mesmo, dada a importância desta obra e as questões de segurança inerentes a esta situação. -----

-----O Sr. Presidente da Câmara referiu que vai tomar nota da situação.-----

-----O PJFSA Francisco Paulo Pestana, questionou sobre o Caminho da Central, uma vez que cabe à Empresa da Eletricidade da Madeira realizar a limpeza e manutenção do mesmo, no entanto sabe que os funcionários faleceram e não houve admissão de novos funcionários. Informou também que já teve uma reunião com um responsável da EEM e que já foi realizada a limpeza do referido caminho, no entanto, a falta de funcionários não permite a continuação da limpeza e retirada de pedras que ali caem. Apontou também a questão do talude na Achada dos Aparícios, considerando-o uma ratoeira, com muita pedra solta e por vezes queda de grandes rochas, sendo necessária uma consolidação e questionou sobre a existência de alguma solução para esta situação. Questionou ainda se está prevista, para a freguesia da Serra de Água, mais alguma obra de relevo. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara referiu que o Caminho da Central não é um caminho municipal e que já havia falado com a EEM sobre o assunto, e afirmou que voltará a relembrar esta situação. Sobre o talude na Achada dos Aparícios, informou que estava prevista a ida de um rocheiro ao local e aguarda-se o relatório técnico da mesma. O Sr. Presidente da Câmara reforçou a questão do centro, junto à paragem dos autocarros que está com mau aspeto, sendo uma pretensão renovar esse local. No que diz respeito às estradas, o Sr. Presidente da Câmara referiu a Estrada da Rocha Alta, uma via prometida

eis  
M  
C



### ***Assembleia Municipal de Ribeira Brava***

há muitos anos, com candidatura prevista ao PRODERAM, no entanto neste quadro comunitário será muito difícil a obtenção de mais alguma candidatura. Afirmou estar a tomar medidas para que, no futuro e na abertura do Quadro Comunitário, a Câmara possa concorrer, considerando ser uma mais-valia para o Concelho. -----

-----O deputado Fábio Santos (PS) tomou a palavra e referiu que a sinalética da Ribeira Brava não está devidamente homologada, pelo fato de não conter o respetivo decreto-lei. Abordou também a questão das jaulas de aquacultura, referindo que inicialmente seriam seis e atualmente já lá estão vinte. Questionou sobre o benefício de que o Concelho usufrui desta ocupação da sua orla costeira. Referiu também o condicionamento do acesso ao cais da Ribeira Brava aos praticantes da pesca desportiva que têm de se deslocar aos concelhos vizinhos. Pelo facto do acesso estar permitido a meia dúzia de pessoas que referem que pagam e que são “donos do cais” e pela empresa que explora as referidas jaulas.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara referiu que, após a colocação dos sinais, o respetivo decreto-lei também será colocado ficando assim a sinalética devidamente homologada. Sobre as jaulas de aquacultura referiu que a Câmara não tem benefício direto, a não ser um posto de trabalho ali criado. Indicou que o impacto visual das jaulas é um problema e que a gestão do cais é feita pela APRAM. Aproveitou para explicar o projeto de remodelação do mesmo e as barreiras necessárias. -----

-----O deputado Fábio Santos (PS) interveio referindo que o projeto do parque dos autocarros à frente da Escola Secundaria, obriga à retirada de estacionamento ao ar livre, no centro da Ribeira Brava, pelo que questionou quais as alternativas previstas para a criação de novos estacionamento. Reforçou a ideia de que “as jaulas não lhe fazem confusão, o que faz confusão é o impacto ambiental sobre a muralha” e salientou que “apenas 10% do peixe produzido nas mesmas é consumido na Madeira, sendo o restante direcionado para exportação, pelo que o peixe deveria ser descarregado na Lota”. -----

-----O Sr. Presidente da Câmara abordou a questão dos estacionamento e referiu que a zona envolvente será alvo de uma alteração de modo a facultar um maior número de estacionamento. Referiu também a candidatura do Projeto da Gare de Autocarros, no âmbito da Mobilidade, no entanto esses fundos foram canalizados para a questão do Covid-19. Indicou também que os autocarros serão transferidos para outro local, ficando



CVS  
TUR  
Câmara

## ***Assembleia Municipal de Ribeira Brava***

a paragem dos táxis junto ao Restaurante “A Parada”, estando previsto o aumento de parcómetros até à “rotunda do BPI”. Reforçou ainda o fato de que o Concelho possui estacionamento cobertos suficientes para as necessidades do mesmo, sendo também acessíveis a nível de preços. -----

-----O deputado Fábio Santos (PS) questionou ainda sobre a natureza do parque dos autocarros, o mesmo destina-se para o turismo ou carreiras. -----

-----O Sr. Presidente da Câmara respondeu que será, de preferência, um parque de autocarros de carreira. -----

### **-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----**

**Ponto 1** – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara e da Situação Financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º da lei 75/2013, de 12 de setembro;-----

----- O Sr. Presidente da Câmara começou por referir que o Covid-19 alterou “as nossas vidas” pelo que foram necessárias fazer alterações aos serviços em regime de teletrabalho. A partir de março foi dada prioridade à desinfeção de espaços públicos no Município, assistência a idosos, em colaboração com o Centro Social e Paroquial de São Bento (CSP São Bento). Indicou também que a própria motivação dos colaboradores foi afetada, pois estavam apreensivos. Referiu também que, com o desconfinamento, as obras foram retomadas, iniciaram-se novos programas de emprego, os idosos do concelho foram contactados para averiguar as suas necessidades, em parceria com o Centro Social e Paroquial de São Bento (CSPSB) relativamente à ajuda domiciliária; tendo sido também proposto aos CTT a entrega da reforma ao domicílio, em valor monetário, para evitar a deslocação dos idosos ao posto de correios. Referiu também que a três de junho, foi hasteada a bandeira azul na Ribeira Brava; foi colocada uma plataforma de acesso no Calhau da Lapa, e que é muito importante que o concelho retome todas as suas atividades.-----

**Ponto 2** - Informação escrita dos atos praticados ao abrigo do regime excepcional para promover a capacidade de resposta das autarquias locais no âmbito da pandemia da doença COVID-19 e submeter à apreciação da Assembleia Municipal, em conformidade

ens  
MUNICÍPIO  
CÂMARA



### ***Assembleia Municipal de Ribeira Brava***

com o disposto na Lei n.º 4-B/2020, de 6 de abril e na Lei n.º 6/2020, de 10 de abril, na redação que lhes foi conferida pela Lei n.º 12/2020, de 7 de maio;-----

-----O Sr. Presidente da Câmara afirmou a necessidade de algumas ações desenvolvidas, no âmbito do distanciamento social, salientando a isenção das taxas das esplanadas, que o regulamento principal não abrangia, tendo sido aprovada em reunião de Câmara e com posterior retificação em Assembleia Municipal. Sobre este assunto explicou a lei 4-B/2020 de 6 de abril, que permite ao Presidente da Câmara tomar todas as decisões e depois serem apresentadas à Assembleia Municipal. Em relação ao ensino à distância, salientou a aquisição de noventa tablets para os alunos do primeiro ciclo, sessenta routers com três mensalidades incluídas, para as famílias mais desfavorecidas; a aquisição de viagem aérea para onze pessoas de uma família do concelho, que estava retida no Continente em condições precárias. O Sr. Presidente da Câmara realçou as parcerias com o CSPSB e explicou a verba do Fundo Social de Emergência Regional associado ao Covid-19 para fazer face às dificuldades resultantes da Pandemia.-----

-----**Deliberação:** Colocado à votação, foi apreciado com 25 votos a favor. -----

**Ponto 3** - Prestação de Contas referente ao ano de 2019 e submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal, em conformidade com o disposto alínea l), n.º 2, do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro; -----

-----O Sr. Presidente da Câmara referiu que na conta de gerência a execução da receita foi de 9.390.831,36€, o que corresponde a 85% dessa receita. Realçou na receita corrente, uma execução de 91,8% e que em vários capítulos a execução ultrapassou o orçamentado. Indicou que houve um aumento de receita associado aos direitos de passagem da empresa da Eletricidade da Madeira. A execução da despesa foi na ordem dos 84,92%, sendo : com o pessoal – 2,1; aquisição de bens e serviços – 2,9; transferências correntes – 949.000,00; capital de investimentos – 2,7 e capital passivo 656.638,96. O Sr. Presidente da Câmara informou que o ano concluiu-se com uma dívida de cerca de 3,1 milhões de euros, o que corresponde a menos 16% do que em 2018, que o resultado líquido foi positivo no valor de 140.111,36€ e o valor do saldo em banco: 47.825,11€. Referiu ainda que, foi um ano com forte investimento em obras públicas através de receitas municipais e em parceria com o GR, PRODRAM e ADRAMA e que houve continuidade dos programas sociais, educacionais e de saúde, um reforço de verbas para associações e





evs  
TUP  
Câmara

### ***Assembleia Municipal de Ribeira Brava***

instituições do Concelho. Sobre o ambiente o Sr. Presidente da Câmara informou que teve continuidade a limpeza e manutenção de diferentes espaços do concelho, apesar da limitação de pessoal. Referiu também os seguintes aspetos: o hastear da bandeira azul, as bandeiras verdes no programa da Eco-escolas, a política e a causa animal, a parceria em exposições e limpeza de espaços de sensibilização e que a cultura e o desporto foram reflexo de um constante dinamismo ao longo de 2019. Salientou a redução dos compromissos com a banca e com os fornecedores através de acordos de pagamentos de dívidas antigas. -----

**Deliberação do Ponto 3:** Colocado à votação, foi apreciado por maioria com 24 votos a favor e uma abstenção do JPP. -----

-----Em declaração de voto, o deputado Hélder Gomes (RB1) referiu que o movimento Independente RB1 votou favoravelmente à prestação de contas para o ano 2019, considerando as evidências claras de aumento e do maior investimento desde 2013 em obras públicas estratégicas para o Município com recurso ao orçamento municipal de fundos europeus e de contratos programa, acompanhado de um acréscimo de trabalho em prol das pessoas do Município onde se integra várias áreas como a cultura, dinamização e promoção do concelho bem como continuidade no apoio às juntas de freguesia e às medidas sociais, educativas e associações, entre outras, a que se juntam também a continuidade na missão da redução da dívida numa política pautada sempre pelo rigor e transparência. Posto isto, agradecemos ao executivo, aos colaboradores municipais, aos fornecedores, instituições, Governo Regional e aos munícipes pela colaboração e trabalho desenvolvido em prol do concelho”. -----

-----O Sr. Presidente da Câmara pediu para expor em conjunto os pontos 4, 5, 6 e 7, com posterior votação de cada ponto em separado. -----

**Ponto 4 -** Informação Financeira - Resultados Líquidos do Exercício de 2019 e submeter à aprovação da Assembleia Municipal, em conformidade com as normas estabelecidas no ponto 2.7.3.1, Anexo ao Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro;-----

**Ponto 5 -** Revisão ao Orçamento - Receita e Despesa e submeter à aprovação da Assembleia Municipal, em conformidade com disposto na alínea a), n.º 1, do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro; -----

215  
MUR  
DAM



## ***Assembleia Municipal de Ribeira Brava***

**Ponto 6** - Revisão do Plano de Atividades 2020 e submeter à aprovação da Assembleia Municipal, em conformidade com o disposto na alínea a), n.º 1, do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro; -----

**Ponto 7** - Revisão do Plano de Investimentos 2020 e submeter à aprovação da Assembleia Municipal, em conformidade com o disposto na alínea a), n.º 1, do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro; -----

**Deliberação do Ponto 4:** Colocado à votação, foi aprovado por maioria com 23 votos a favor e 2 abstenções; uma do PS e outra do JPP.-----

**Deliberação do Ponto 5:** Colocado à votação, foi aprovado por maioria com 23 votos a favor e 2 abstenções; uma do PS e outra do JPP.-----

**Deliberação do Ponto 6:** Colocado à votação, foi aprovado por maioria com 23 votos a favor e 2 abstenções; uma do PS e outra do JPP.-----

**Deliberação do Ponto 7:** Colocado à votação, foi aprovado por maioria com 23 votos a favor e 2 abstenções; uma do PS e outra do JPP.-----

**Ponto 8** - Alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2020 e submeter à aprovação da Assembleia Municipal, em conformidade com o disposto alínea o), n.º 1, do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro; -----

-----O Sr. Presidente da Câmara referiu a saída de quatro colaboradores nos primeiros meses do ano de 2020, por questões de aposentação e falecimento, pelo que foi diagnosticada uma permanente necessidade no recrutamento de recursos humanos, principalmente na área da limpeza urbana. Face ao exposto, referiu que foram abertas três vagas para assistentes operacionais, considerando que no futuro seja possível o aumento até dez vagas. -----

**Deliberação:** Colocado à votação, foi aprovado por unanimidade. -----

**Ponto 9** - Operação de Reabilitação Urbana, (ORU) da Vila da Ribeira Brava, (ORU) de Campanário, (ORU) da Tabua e (ORU) da Serra de Água, nos termos do n.º 1 do artigo 17.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado e republicado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto e submeter à aprovação da Assembleia Municipal, em conformidade com o disposto alínea r), n.º 1, do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro;-----



ews  
Ceslin

### ***Assembleia Municipal de Ribeira Brava***

----- O Sr. Presidente da Câmara referiu que, em 2016 o Município da Ribeira Brava aprovou quatro Áreas de Reabilitação Urbana (ARU's) no concelho, um em cada freguesia, essas áreas tinham um prazo de três anos e existiam benefícios fiscais para quem as reabilitasse. Referiu ainda que, as operações de Reabilitação Urbana (ORU's) são o consolidar das ARU's. Indicou que: "há também a caracterização das várias zonas e também define os objetivos estratégicos para a realização das referidas zonas mediante o diagnóstico que foi realizado". -----

**Deliberação:** Colocado à votação, foi aprovado por maioria com 24 votos a favor e 1 abstenção do JPP. -----

-----O deputado Hélder Gomes (RB1), em declaração de voto, afirmou que o movimento independente RB1 votou favoravelmente por considerar ser um documento estratégico para o concelho, consagrando um conjunto articulado de intervenções, que, de uma forma integrada, visam a reabilitação urbana de determinadas áreas estratégica, a longo prazo.-

**Ponto 10** - Estado do Ordenamento do Território (REOT) da Ribeira Brava e submeter à apreciação da Assembleia Municipal, em conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo 159.º do Decreto Legislativo Regional n.º 18/2017/M de 27 de junho, e com o disposto alínea r), n.º 1, do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro;-----

-----O Sr. Presidente da Câmara explicou que a primeira revisão ao Plano Diretor Municipal (PDM) foi aprovada em 2015 e o que está a ser feito é um primeiro estudo e balanço de tudo o que tem sido feito, uma caracterização do concelho e também porque houve alterações legais que obrigam à alteração do PDM da Ribeira Brava. Referiu que no Município, em termos urbanísticos trata-se de um documento base com valências e mais-valias, e que foi trazido à Assembleia para a respetiva apreciação. -----

**Deliberação:** Colocado à votação, foi apreciado por maioria com 24 votos a favor e 1 abstenção do JPP. -----

----- O deputado Hélder Gomes (RB1), em declaração de voto, afirmou que o movimento Independente RB1 apreciou favoravelmente o documento por considerar um relatório fundamental para a revisão do PDM e continuar a criar condições para o investimento mantendo a dinâmica urbanística registada pelo facto de quase quadruplicar o número de licenciamentos desde a última alteração. -----

CB  
MUR  
CAM



### ***Assembleia Municipal de Ribeira Brava***

**Ponto 11** - Norma de Controlo Interno, e submeter a mesma à apreciação e votação da Assembleia Municipal em cumprimento e para os efeitos previsto na alínea i) do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

-----O Sr. Presidente da Câmara explicou o Decreto-Lei 192/2015 de 1 de setembro, que define a alteração de sistema de normalização contabilística para a administração pública (SNC-AP). Referiu ainda que, a Norma de Controlo Interno (NCI) do Município encontra-se desatualizada face às constantes alterações legislativas em matéria de gestão, de atribuições e competências, e que a mesma foi aprovada pelo executivo camarário estando para apreciação da Assembleia Municipal. -----

**Deliberação:** Colocado à votação, foi apreciado com 25 votos a favor. -----

**Ponto 12** - Regulamento do Cartão Jovem Municipal e submeter à aprovação da Assembleia Municipal, em conformidade com a alínea g), do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

-----O Vice-Presidente explicou os benefícios do cartão jovem, com idades compreendidas entre os 14 aos 30 anos, que visa proporcionar vantagens num conjunto de reduções e isenções em produtos e serviços por várias empresas, descontos ao nível do comércio e serviços, que serão devidamente divulgados. Realçou que este cartão pode ser uma mais-valia para as empresas podendo atrair mais clientes. Indicou que o custo da emissão do cartão são 5€ e a sua renovação é de 2,5€, tendo a validade de dois anos, podendo ser renovado sucessivamente, caducando só quando o jovem completar os 31 anos. O cartão terá o nome Cartão Jovem Municipal mas será Cartão Jovem Cidadão. ---

-----O deputado Marco Almas (JPP), questionou, relativamente ao artigo 7º, ponto 3, alínea c), sobre os benefícios do cartão, e a existência de alguma cláusula extra para eventos, na qual não se aplique este tipo de descontos evitando situações desleais. O deputado questionou sobre as cláusulas do contrato com as empresas que queiram aderir. Afirmou também ter tido conhecimento de que o período de discussão pública tinha terminado, no entanto reforça que o mesmo coincidiu com a data de confinamento no qual as pessoas estavam focadas noutros assuntos. -----

-----O Vice-Presidente, referiu que o contrato com as empresas para aderirem, será feito com os empresários. Ao abrigo do artigo 7º, ponto 3, alínea c) o Vice-Presidente indicou



es  
[Handwritten signature]

### ***Assembleia Municipal de Ribeira Brava***

não considerar correto um jovem leiloar uma barraca e proceder à sua “revenda”, exemplificando que isso não se verificará. -----

-----A deputada Luísa Ponte (PSD) salientou que a verdadeira questão que se coloca é o fato de haver ou não desconto. -----

-----O deputado Marco Almas (JPP) questionou, independentemente da idade, a existência ou não de concorrência desleal, através desse benefício dos titulares do cartão para com as outras pessoas.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara explicou que o Cartão Jovem Municipal dá desconto de 50% nas taxas municipais, mas que no caso dos leilões para barracas há um regulamento próprio que não abrange a redução de taxas municipais atribuída pelo Cartão Jovem. ----

-----O deputado Hélder Gomes (RB1) referiu que tendo em consideração esta redução, terá de haver uma área própria apenas para esse efeito, à semelhança do espaço concedido às associações. -----

-----O deputado Marco Almas (JPP) alertou para esta lacuna no regulamento do Cartão Jovem relativamente a redução de taxas municipais. -----

-----O Sr. Presidente da Câmara salientou que o referido regulamento foi sujeito à um período de discussão pública, que não correspondeu ao período de confinamento Covid-19. -----

-----O deputado Hélder Gomes (RB1) referiu que no caso de adulteração do Cartão ou a utilização de forma indevida, a Câmara pode proceder à sua anulação. -----

-----O deputado Bruno Correia (RB1), reforçou os benefícios do cartão Jovem, salientando a possível existência de algumas injustiças, pelo que haverá necessidade de proceder a certos ajustes consoante as situações. -----

**Deliberação:** Colocado à votação, foi aprovado por maioria com 23 votos a favor, 1 voto contra do PS e uma abstenção do JPP. -----

-----O deputado Fábio Santos (PS) em declaração de voto referiu ter votado contra, visto que este regulamento não cumpre com os parâmetros legais. -----

-----O deputado Marco Almas (JPP) em declaração de voto afirmou estar a favor da ideia do cartão, mas é contra o regulamento, por existirem muitas lacunas no mesmo. -----

**Ponto 13** - Ratificação da isenção de pagamento taxas por uso de espaço público, medida de apoio extraordinária para minimizar o impacto do COVID-19 e submeter à aprovação



### **Assembleia Municipal de Ribeira Brava**

da Assembleia Municipal, em conformidade com o artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, e com a alínea b), do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

----O Sr. Presidente da Câmara referiu que este ponto contempla a isenção de pagamento de taxas, por uso de espaço público, aquando das decisões tomadas sobre a crise do Coronavírus (Covid-19). Referiu também que esta isenção não estava contemplada no regulamento de taxas, mas foi necessário tomar uma medida imediata, a proposta foi aprovada em Reunião de Câmara. -----

**Deliberação:** Colocado à votação, foi aprovado por unanimidade.-----

----A primeira secretária da Assembleia Municipal, Maria Natália Gonçalves da Silva, passou à leitura da minuta das deliberações referente à sessão. Colocada à votação, a mesma foi aprovada por unanimidade.-----

----E nada mais havendo a tratar, a senhora Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a sessão pelas doze horas e quarenta e um minutos, da qual para constar, se lavrou a presente ata, que eu, Maria Natália Gonçalves da Silva, primeira secretária da mesa, redigi, escrevi e vou assinar conjuntamente com a referida Presidente e segundo secretário, nos termos do n.º 2 do art.º57, da lei 75/2013, de 12 de setembro.--

Ribeira Brava, 26 de junho de 2020.

A Presidente da Assembleia,

A 1º Secretária,

O 2º Secretário,